
Advogado é preso acusado de “vender” ministros do STJ e do STF

Há um esquema antigo que assombra os tribunais brasileiros: golpistas que vendem decisões de juízes, sem sequer combinar com eles. Oferecem a facilidade para um alguém com uma demanda judicial e embolsam o que dizem que serviria como propina. Ao fim, o malfeitor fica rico, e o magistrado é visto como corrupto, mesmo sem estar envolvido com o caso.

Uma nova encenação desse clássico é alvo de uma investigação apelidada, sugestivamente, de mercado de fumaça. No bojo da operação, foi preso, nesta sexta-feira (10/11), um advogado que "vendia" decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Ele teria cobrado R\$ 2 milhões de um prefeito afastado do cargo, dizendo que parte do valor seria usada para pagar assessores de ministros e viabilizar uma decisão que devolveria o cargo ao político. Porém, não há qualquer indício de participação de servidores públicos nos fatos investigados.

A medida foi autorizada pela 10ª Vara Federal de Brasília. O Ministério Público Federal pediu a preventiva com o argumento de preservar a ordem pública, pois ele já responde a outros inquéritos pelo mesmo crime, inclusive tendo confessado o esquema de manipulação de decisões judiciais do Tribunal Superior Eleitoral.

Além do mandado de prisão preventiva, a Polícia Federal cumpriu ainda dois mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal.

O investigado será indiciado pelo crime de exploração de prestígio, que prevê pena de reclusão de 1 a 5 anos.

Mercado-fantasma paralelo

Há cinco anos o Ministério Público Federal investiga um mercado de venda de sentenças em Brasília. No mês de setembro o assunto [voltou à pauta](#), com reportagem da revista *Veja* com mensagens trocadas entre uma advogada e o diretor jurídico da JBS.

Segundo a reportagem, as mensagens do celular de Renata Geresa Prado de Araújo revelam um “mercado paralelo de tribunais” no qual a advogada aumentava os próprios honorários para dividir o dinheiro com ministros do Superior Tribunal de Justiça. Mas desde 2012 a Polícia Federal e o MPF suspeitam que Renata se especializou em vender fumaça a peso de ouro.

Caiu de gaiato

Em 2012, essa conversa transformou um ministro do STJ em investigado. Cinco anos depois, o inquérito continua aberto, mas em março de 2016 a própria Procuradoria-Geral da República concluiu que não havia indícios da participação do ministro no esquema. Sobrou a suspeita de que a mesma Renata Araújo vendeu uma influência que não tinha — e achou quem comprasse.

Blefe como serviço

A “venda de fumaça”, [de tempos em tempos](#), leva um juiz ao banco dos réus sem que ele tenha feito

qualquer coisa além de sua função: julgar. Para aplicá-lo, basta ao malfeitor conhecer alguém com um processo na Justiça e pesquisar, minimamente, como o juiz do caso costuma decidir. Com os dados em mãos, liga-se para o envolvido na ação e o blefe está pronto: “Por uma alta quantia, eu faço o juiz do seu caso julgar a seu favor”. O magistrado de nada sabe e nada ganhará, mas sua decisão acaba de ser vendida.

Se o pagamento for combinado “no êxito”, ou seja, só é efetuado se a decisão realmente for favorável, vira um negócio quase perfeito, pois o “cliente” satisfeito pagará de bom grado e aquele que não teve a demanda atendida não terá do que reclamar, pois nada terá desembolsado.

Esse tipo de negócio já [foi duramente criticado pela presidente do Supremo Tribunal Federal](#), ministra Cármen Lúcia. Em evento com jornalistas, questionada sobre as gravações usadas na operação "lava jato" com políticos dizendo que tinham ministros "garantidos" no Supremo, a ministra foi direta: "Há blefe o tempo todo". Ela afirma que esse tipo de discurso é algo quase corriqueiro entre advogados, que querem convencer seus clientes de seus poderes. *Com informações da Assessoria de Imprensa da PF e do MPF.*

Date Created

10/11/2017